



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRAS)

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 00091.010569/2022-25)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de materiais de **copa, cozinha, limpeza, higienização, gêneros alimentícios, água mineral em garrafão de 20L, gás liquefeito petróleo - GLP - em botijão de 13kg e materiais para jardinagem** para atender a Agência Brasileira de Inteligência, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no anexo I, documento Sei nº 0685744

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do(a)do aceite da nota de empenho prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico

específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIDADE DA ÁGUA.

4.1. **Para os itens 31 e 32 (água mineral em garrafão 20L)**, as empresas deverão apresentar os seguintes documentos na fase de aceitação da proposta para fins de aferição da qualidade do produto ofertado. Esses documentos são exigidos do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, o qual, por sua vez, deverá enviá-los juntamente com a proposta, no prazo para apresentação de documento digital complementar, sob pena de não aceitação.

4.1.1. **Laudo de análise de substâncias Minerais – LAMIN** – da fonte do produto ofertado, expedido pelo Departamento Nacional de Produtos Minerais – DNPM. O laudo garante a qualidade da água quanto a parasitas como bactérias. Sem o Laudo, não é possível explorar a água. Os padrões e parâmetros mínimos para análise dos Laudos constam nas RESOLUÇÕES DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 717, DE 1º DE JULHO DE 2022 - ANVISA.

4.1.2. **Laudo de qualidade de água mineral natural** emitido por laboratório especializado em período não superior a 03 (três) meses, constando a análise físico-química, os resultados dos exames microbiológicos e bacteriológicos, que comprovem o atendimento aos padrões legais estabelecidos pelos Ministérios da Saúde e das Minas e Energia (parágrafo único do art. 27 do Decreto-Lei nº 7.841/45 – Código de Águas Minerais, alterado pela Lei 6.726 de 21 de novembro de 1979). Os padrões e parâmetros mínimos para análise dos Laudos constam nas RESOLUÇÕES DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 717, DE 1º DE JULHO DE 2022 - ANVISA, RDC nº 724, de 1º de junho de 2022 e na Instrução Normativa - IN nº 161, de 1º de junho de 2022.

4.1.2.1. O prazo definido no item acima deve ser contado da data limite definida pelo pregoeiro para apresentação da proposta.

4.1.2.2. O laudo de qualidade deverá ser apresentado: a) Na fase de apresentação de proposta; e b) Sempre que for solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.2.3. Os requisitos e padrões de qualidade da água constam na Resolução nº274, de 22 de setembro de 2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANEXO, item 5 - REQUISITOS ESPECÍFICOS.

4.1.3. **Cópia do rótulo do produto cotado e da respectiva aprovação no Diário Oficial da União**, em conformidade com a Portaria n. 470, de 24 de novembro de 1999, Ministério das Minas e Energia.

4.1.4. **Portaria de Concessão de Lavra**, publicada no Diário Oficial da União da empresa exploradora da fonte, emitida pelo órgão competente do Governo Federal. Para garantir a legalidade e origem da água.

4.1.5. **Licença Ambiental, válida**, expedida pelo órgão ambiental responsável pela área da fonte de extração do produto, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei Complementar n. 140, de 8 dezembro de 2011.

4.1.6. **Certificado de Vistoria do Veículo**, válido, emitido pela autoridade sanitária, nos termos do parágrafo 4º do art. 41 do Código Sanitário do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Distrital nº 32.568, de 9/12/2010 ou por órgão equivalente de outros Estados, no caso do estabelecimento se localizar fora deste.

4.1.7. Os documentos relacionados nos itens acima são relativos ao concessionário da fonte da Água Mineral oferecida exceto para o item 4.1.6 que pode ser em nome de terceiros na qualidade de transportador de água mineral a ser distribuída.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens são comuns pois seus padrões de qualidade foram objetivamente definidos neste termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado. A avaliação da natureza comum do bem foi realizada nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e ou obrigações da contratada e no Estudo Técnico Preliminar no tópico 6 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. **Para os itens de 1 a 23 e 25 a 30:** o prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

7.2. **Para o item 24 (gás GLP):** O prazo de entrega dos bens é de 1 (um) dia útil, contado do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

7.3. **Para os itens 31 e 32 (água mineral em garrafão de 20L):**

7.3.1. A distribuição dos galões dentro da ABIN ocorrerá em 29 (vinte e nove) pontos de distribuição, num percurso de aproximadamente 5 km (cinco quilômetros), **às terças e quintas feiras, das 8h às 10h;**

7.3.2. Quando da entrega, os funcionários devem estar com uniforme da empresa, munidos de documentação para fins de identificação e acesso ao órgão e portando crachá de prestador de serviço fornecido pela ABIN

7.3.3. O prazo para o primeiro fornecimento de água mineral será de **5 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da nota de empenho. As demais entregas seguirão cronograma previsto **a ser fornecido posteriormente.**

7.3.4. Os vasilhames que apresentarem defeitos e violações de lacre deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação da Abin.

7.3.5. Os garrafões deverão ser entregues devidamente limpos, com lacre de segurança inviolável na tampa.

7.3.6. A empresa deverá ceder os garrafões (vasilhames) no ato do fornecimento do produto e responsabilizar-se pela apresentação das embalagens dentro das especificações e técnicas exigidas pelo INMETRO, observando-se a validade máxima de até 3 (três) anos, após a fabricação.

7.3.7. Esta validade deverá estar estampada no próprio vasilhame, não sendo aceitas etiquetas coladas no mesmo.

7.3.8. A validade de água mineral fornecida deverá ser de no máximo 12 (doze) meses, especificada em rótulo ou vasilhame.

7.4. Endereço e horários de entrega:

7.4.1. Sede da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone: (61) 3445-9631, em dia útil, no período das 8h às 11h e das 14h às 17h.;

7.5. No caso de produtos perecíveis, **o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses** do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que

antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc...

9.2. Obrigações decorrentes dos itens 24 (gás GLP) e 31 e 32 (água mineral em garrafão de 20L):

9.2.1. transportar o produto em veículo adequado e seus funcionários, quando da entrega dos itens, devem utilizar uniformes da Contratada, bem como portar crachá de prestador de serviço fornecido pela ABIN.

9.3. Obrigações decorrentes dos itens 31 e 32 (água mineral em garrafão de 20L):

9.3.1. atender às especificações da ABNT NBR 14.638/2011, os quais estabelecem os requisitos mínimos para a distribuição de água mineral e potável de mesa acondicionada em garrafão plástico retornável, visando atender às exigências sanitárias legais e contribuir para sua comercialização adequada;

9.3.2. cumprir a Resolução ANVISA RDC Nº 173, de 13/09/2006, que dispõe sobre regulamentação de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural;

9.3.3. arcar com os custos relativos aos exames laboratoriais a serem realizados em amostras, quando solicitados;

9.3.4. a qualquer tempo, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE poderá solicitar análise físico-química e bacteriológica de amostra considerada suspeita (Decreto Lei nº 7.841/45, art. 27 § único), com ônus para a CONTRATADA.

9.3.5. fornecer a água mineral natural, da marca ofertada em sua proposta, durante toda a vigência do contrato, obedecendo às condições e características estipuladas neste Edital e seus anexos;

9.3.6. descarregar, nas dependências da ABIN, o produto de maneira ordenada, a fim de facilitar a conferência da CONTRATANTE, bem como recolher os garrafões vazios também de maneira ordenada

9.3.7. garantir que, quando da entrega, o produto esteja dentro do prazo de validade;

9.3.8. garantir que as datas de fabricação do garrafão e da tampa não sejam superiores a 3 (três) anos, com vigências dentro do prazo de consumo, conforme Portaria/ DNPM/ 387/2008;

9.3.9. garantir que todos os garrafões possuam o rótulo contendo a marca do produto, informações acerca das características físico-químicas, natureza da água segundo a respectiva classificação, identificação da fonte, prazo de validade do produto e data de envase;

9.3.10. substituir no prazo de 24 horas, contado a partir do recebimento da notificação, e sem ônus adicionais os produtos que se apresentarem com embalagens danificadas, sem rótulo, violadas, com vazamento do produto ou incompletas, inclusive os danificados quando do descarregamento nas dependências da ABIN;

9.3.11. apresentar os garrafões hermeticamente lacrados, com água no limite do gargalo, estando ciente que os garrafões com vazamento pelo gargalo ou com volume de água abaixo do

limite não serão aceitos, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, contado a partir do recebimento da notificação;

9.3.12. na ocorrência de fato superveniente que acarretem alterações nas qualidades físico-químico-bacteriológicas da marca ofertada no presente contrato, que impossibilitem o consumo do produto, desde que devidamente comprovadas por meio de laudos, a empresa deverá garantir o abastecimento por meio da substituição da marca ofertada por outra de qualidade igual ou superior, com a anuência prévia da Administração, cujas características físico-químico-bacteriológicas deverão ser comprovadas, também, por meio de laudos, sem acarretar ônus à ABIN;

9.3.13. permitir a qualquer tempo, durante a vigência do Contrato, visitas à fonte de onde provêm as águas minerais fornecidas;

9.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. **DO PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco,

agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$\frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	-------------------------	--

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.2.1.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.9. Como não existe índice setorial ou específico para os itens licitados, utilizou-se o índice geral de preços IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

15. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Trata-se aquisição de bens de consumo imediato que por suas características e forma de contratação não demandam exigir a garantia de execução que poderá onerar a contratação, tanto de forma administrativa quanto econômica.

16. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. A garantia contratual é aquela que extrapola a garantia legal do Código de Defesa do Consumidor, Art. 26 inciso I e II, que é de 30 dias para bens e serviços não duráveis e 90 dias para bens e serviços duráveis.

16.2. A aquisição de bens de consumo com garantia contratual além da garantia legal é antieconômica para este certame, por isso ela não será necessária.

17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II - **Multa:** (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias;

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V - **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.3.1.2. fornecimento de, no mínimo, 50% do quantitativo que se pretende contratar para cada item, durante o período de 12 (doze) meses.

18.3.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de fornecimento executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional a uma única contratação., desde que pertinentes com o objeto a ser contratado.

18.3.1.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica pode(m) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

18.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) encaminhado(s), apresentando, quando solicitado, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega dos bens.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. *Valor Global: R\$593.405,41* (quinhentos e noventa e três mil quatrocentos e cinco reais e quarenta e um centavos).

18.4.2. *Valores unitários: conforme planilha, anexo I, do Termo de Referência.*

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. AMOSTRA

19.1. Após as fases de aceitação da proposta da empresa, poderá ser exigida da licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostras para os itens café e açúcar e demais gêneros alimentícios. Os parâmetros mínimos avaliados serão:

19.1.1. Para análise do café: descrição/composição conforme descrito no Termo de referência, especialmente: tipo Superior, espécie 100% arábica, embalagem a vácuo; o gosto, a aparência e cheiros serão verificados em conjunto com os laudos apresentados.

19.1.2. Para análise do açúcar: descrição/composição conforme descrito no Termo de referência, especialmente: acondicionamento e embalagem, origem vegetal e composição sacarose de cana de açúcar; o gosto, a aparência e cheiros serão verificados em conjunto com a compatibilidade do descrito no Termo de Referência.

19.1.3. Para adoçante: descrição/composição conforme descrito no Termo de referência, especialmente: acondicionamento e embalagem e composição; o gosto, a aparência e cheiros serão verificados em conjunto com a compatibilidade do descrito no Termo de Referência.

19.1.4. Para chá: descrição/composição conforme descrito no Termo de referência, especialmente: acondicionamento e embalagem, e composição; o gosto, a aparência e cheiros serão verificados em conjunto com a compatibilidade do descrito no Termo de Referência.

19.2. A amostra deve seguir o mesmo padrão do especificado neste Termo de Referência e ser entregue na Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-9000. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

19.3. A entrega da amostra deverá ocorrer no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da solicitação do pregoeiro, para ser analisada pela fiscalização do contrato a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto desta contratação, que emitirá parecer em que constará amostra "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". As peças fornecidas posteriormente de forma definitiva também serão submetidas a verificação.

19.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração na forma de amostra serão tratados como protótipos e poderão ser manuseados, desmontados, deformados e cortados para realização dos testes, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem. As amostras ficarão retidas para comparação com o material a ser entregue e só serão devolvidos à empresa depois da entrega definitiva do objeto da compra.

19.5. Os custos das amostras correrão às expensas da empresa licitante.

19.6. Se a amostra não atender integralmente às especificações, a licitante será desclassificada e a retirada do bem deverá ocorrer em, **no máximo, 10 (dez) dias**, contados da data da comunicação oficial do Pregoeiro quanto à reprovação.

19.7. Reitera-se que anexo a este Termo de Referência segue documento com especificações detalhadas contendo ilustrações que facilitam a identificação dos itens pelos licitantes.

19.8. A não apresentação de amostras ou a apresentação fora do prazo ou em desacordo com as especificações técnicas e outras condições descritas neste Termo de Referência e seus anexos ocasionará a desclassificação da licitante, convocando-se a próxima empresa com proposta mais vantajosa.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$593.405,41** (quinhentos e noventa e três mil quatrocentos e cinco reais e quarenta e um centavos).

21. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

21.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

22. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

22.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

23. **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

23.1. A rescisão contratual poderá ser realizada:

23.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência;

23.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

23.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

24. **VEDAÇÕES**

24.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

25. **ALTERAÇÕES**

25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.4. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n.8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

26. **DOS CASOS OMISSOS**

26.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

27. **FORO**

27.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal (Justiça Federal) para dirimir os litígios que decorrerem da execução da contratação, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art.55, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

28. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

28.1. As disposições e as diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93 foram observados pela Equipe de Planejamento da Contratação.

28.2. Para definição dos critérios e práticas de sustentabilidade, foi consultado o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/[2010](#), ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/[2014](#) (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE) e ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União (2ª edição, Brasília: AGU, setembro, [2019](#). Disponível em http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265).

28.3. A Abin, de forma consciente e planejada, por meio do Plano de Logística Sustentável, exercer a contratação sustentável além da contratação e definição do bem. Há políticas de consumo consciente, recolhimento de bens conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis entre outras condutas. Além disso, houve consulta ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente e que a contratação pretendida está de acordo com as normas ambientais de sustentabilidade da Administração Pública.

29. **ANEXOS E APÊNDICES**

29.1. ANEXO 1- Tabela com itens e descrições dos objetos;

29.2. APÊNDICE - Estudo Técnico Preliminar nº 32/2022.

Brasília, 17 de novembro de 2022

Divisão de Almoxarifado e Patrimônio

Divisão de Almoxarifado e Patrimônio

Chefe

Documento assinado eletronicamente

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -